



Anais do Encontro Virtual
da Rede de Pesquisa em
Governança da Internet
Novembro de 2022

V ENCONTRO DA REDE DE PESQUISA EM GOVERNANÇA DA INTERNET - REDE 2022

FICHA TÉCNICA

ANAIS DA REDE DE PESQUISA EM GOVERNANÇA DA INTERNET - VOL. 5, ISSN 2675-1690

Editores

Diego Vicentin
Maria Vitoria Pereira de Jesus

Autores

Adriana Veloso
Cristina Carvalho
Hermann Bergmann
Javier de la Cruz Martínez
Julio Marinho
Maiara Stefany
Manuel Alberto
Mariana Gomes
Marina Gonçalves
Paula Guedes
Raimundo Miguel
Rebeca Souza

COMITÊ ORGANIZADOR

Núcleo de Coordenação da Rede de Pesquisa em Governança da Internet

Alexandre Arns Gonzales
Carolina Batista Israel
Diego Vicentin
Fernanda R. Rosa
Gustavo Ramos Rodrigues

Hemanuel Jhosé Alves Veras
Kimberly de Aguiar Anastácio
Maria Vitoria Pereira de Jesus
Nathan Paschoalini Ribeiro Batista

Comitê Científico

Carolina Batista Israel
Daniela Araújo
Diego Vicentin
Fernanda R. Rosa
Flávio Rech Wagner
Gills Vilar-Lopes
Jean Santos
Leonardo Ribeiro da Cruz
Maria Mónica Arroyo
Marta Mourão Kanashiro
Raquel Gatto
Rodolfo Avelino
Rosemary Segurado

Moderadores

Ana Claudia Farranha
Bianca Kremer
Carolina Batista Israel
Diego Vicentin
Fernanda R. Rosa
Flávio Rech Wagner
Jess Reia
Leonardo Ribeiro da Cruz
Marisa von Bulow

Debatedores

Adriana Veloso
Alessandra Ogassavara
Cristina Carvalho
Hermann Bergmann
Javier de la Cruz Martínez
Julio Marinho

Luis Henrique Antunes
Maiara Stefany
Manuel Alberto
Mariana Gomes
Marina Gonçalves
Paula Guedes
Raimundo Miguel
Rebeca Souza
Rosemary Segurado

O V Encontro da Rede de
Pesquisa em Governança da
Internet e a publicação dos
Anais resultantes deste encontro
receberam apoio de:

Internet Society - Capítulo Brasil

Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
(IFCH) da Universidade Estadual
de Campinas (UNICAMP) por
meio de recursos da Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior (CAPES) -
convênio n. 0524/2021.

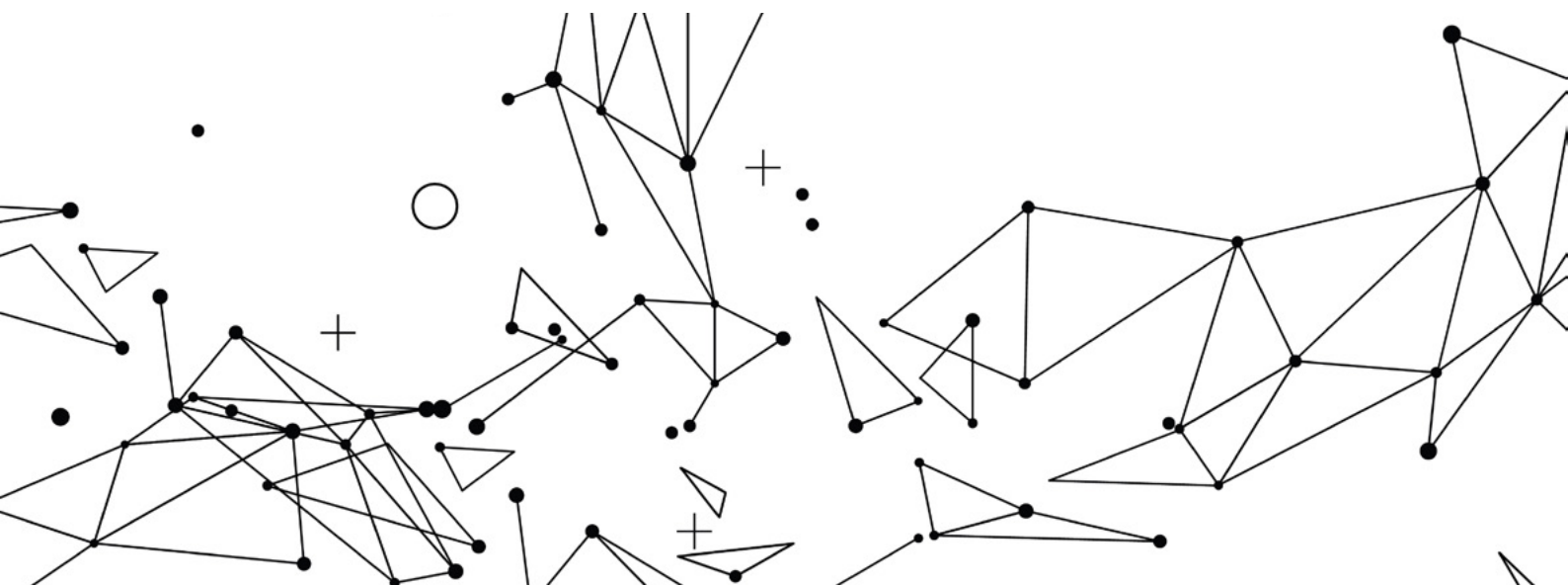


DIVERSIDADE NA GOVERNANÇA DA INTERNET NO BRASIL: APLICAÇÃO DE INDICADORES DE GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO DE 2005 A 2020

MAIARA STEFANY NASCIMENTO FONSECA
MARIANA GOMES DA SILVA SOARES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
HIPÓTESES	9
METODOLOGIA.....	10
FUNDAMENTAÇÃO	10
RESULTADOS	17
DISCUSSÃO	18
CONCLUSÃO	21
DECLARAÇÃO DE DIVERSIDADE NAS CITAÇÕES	22
REFERÊNCIAS	23





DIVERSIDADE NA GOVERNANÇA DA INTERNET NO BRASIL: APLICAÇÃO DE INDICADORES DE GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO DE 2005 A 2020

Maiara Stefany Nascimento Fonseca¹ e Mariana Gomes da Silva Soares²

RESUMO

O ecossistema de pesquisa em governança da internet no Brasil debate neste momento sobre colonialismo de dados e diversidade. O presente trabalho busca contribuir com o campo a partir da investigação da adoção e aplicação de indicadores de gênero, raça e território, de 2005 a 2020, a partir da pesquisa TIC Domicílios, do CETIC.br, uma das principais pesquisas de níveis de acesso no país. A investigação desenvolvida pelo *Grupo de Estudos em Governança da Internet e Diversidade*, do Instituto da Hora com a Conexão Malunga, divulga os resultados iniciais de sua pesquisa voltada para a construção de insumos teóricos para a assunção da internet como direito fundamental, em diálogo com a pluriversalidade dos saberes no território brasileiro. Entre os resultados levantados está a descoberta de que o indicador de gênero é usado de maneira binária, desde o ano de 2005. O indicador de território passou por variações e em 2010 consolida-se nos termos zona rural x zona urbana, assim como o indicador de distribuição étnico-racial da internet só é inserido no ano de 2019. A pesquisa observa que as desigualdades de acesso no Brasil apresentam um desafio ímpar do colonialismo de dados no mundo, já que a América Latina é atravessada pela história colonial. Com isso, a pesquisa propõe ainda que o reconhecimento dos saberes indígenas e afrodiaspóricos são fundamentais para a tomada de decisões futuras sobre internet.

PALAVRAS-CHAVE

Diversidade; Governança da Internet; Acesso à Internet; Inclusão Digital.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Estudos “Governança da Internet & Diversidade”.

² Jornalista e mestranda em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Centro de Estudos de Análise do Discurso e Mídia/ UFBA e do Grupo de Estudos Governança da Internet & Diversidade”.

ABSTRACT

The internet governance research ecosystem in Brazil is currently debating data colonialism and diversity. The present work seeks to contribute to the field investigating the adoption and application of indicators of gender, race and territory, from 2005 to 2020, from the research TIC Domicílios, from CETIC.br, one of the main researches of internet access in Brazil. The investigation, developed by the Study Group on Internet Governance and Diversity, from Instituto da Hora and Conexão Malunga, discloses the initial results of its research, concerned in the construction of theoretical inputs for the assumption of the internet as a fundamental right, in dialogue with the pluriversality of knowledge in Brazil. Among the results obtained is the discovery that the gender indicator has been used in a binary perspective since 2005. The territory indicator underwent variations and in 2010 it was consolidated in the terms rural x urban area, as well as the indicator of ethnic-racial distribution of the internet was only inserted in the year 2019. The research also notes that inequalities of access present a unique challenge of data colonialism in Brazil, since Latin America was crossed by the colonial tragedy. It also proposes that the recognition of indigenous and Afro-diasporic knowledge is fundamental for making future decisions on the internet.

KEY WORDS

Diversity; Internet Governance; Access to Internet; Digital Inclusion.

INTRODUÇÃO

Como e quando os indicadores de gênero, raça e território começaram a ser utilizados nas pesquisas de acesso à Internet no Brasil? Diante das reflexões do campo da governança da Internet no Brasil em torno do colonialismo de dados e diversidade, o grupo de estudos *Governança da Internet e Diversidade*, uma parceria entre Instituto da Hora e Conexão Malunga, ambas iniciativas do terceiro setor formadas por pesquisadores negros e indígenas do norte e nordeste brasileiro, busca contribuir com o debate por meio do reconhecimento e análises qualificadoras dos indicadores de acesso à Internet no país.

Os dados a seguir são do primeiro ciclo da pesquisa, correspondendo ao período de março a agosto de 2022 e foram coletados a partir da questão de pesquisa que abre este trabalho. É importante ressaltar que os resultados analisados a seguir não buscam esgotar os debates e possíveis interpretações dos dados que nos debruçamos. Em realidade, eles dão suporte para um corpo de estudos concomitantes do grupo “Governança da Internet e Diversidade” e são apresentados para estimular o campo de pesquisa. Para esta oportunidade, as reflexões correspondem a dados coletados nos quinquênios do intervalo de 2005 a 2020. Opta-se por uma análise qualitativa dos

dados demográficos de acesso à internet nos levantamentos TIC Domicílios, realizados desde 2005 pelo Cetic.br (Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação).

Segundo informações do Cetic.br, a pesquisa TIC Domicílios surgiu no ano de 2005 com o objetivo de mapear anualmente o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação em todo o país, nas suas respectivas áreas urbanas e rurais, analisando também como essas tecnologias são utilizadas por indivíduos que possuam 10 anos ou mais de idade. A pesquisa TIC Domicílios é dividida em dois tipos de módulos: os “módulos fixos” são a coleta anual dos dados e informações para a pesquisa, enquanto que os “módulos rotativos” se constituem em outras periodicidades não anuais. E, a fim de promover o debate, como também possíveis comparabilidades dos resultados adquiridos em suas pesquisas, a TIC Domicílios informa que sua pesquisa segue padrões metodológicos e indicadores definidos internacionalmente.

De acordo com o Cetic.br, os temas abordados pelos indicadores da pesquisa TIC Domicílios são: acesso às TIC; uso do computador; uso da Internet; habilidades na Internet; uso do celular; governo eletrônico; comércio eletrônico e atividades culturais na Internet. Assim, para ter sua funcionalidade, a pesquisa tem sido apoiada por especialistas multissetoriais (governo, comunidade técnica, terceiro setor e indústria), em que destacamos os diálogos metodológicos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A metodologia aplicada, a partir de informações adquiridas no site do Cetic.br, a fim de realizar as análises com domicílios e indivíduos com 10 anos ou mais de idade está baseada no método de plano amostral que utiliza informações disponíveis, que estejam em consonância com o período mais recente em relação ao ano de realização da pesquisa TIC Domicílios, tanto do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) quanto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizados pelo IBGE. Outra metodologia são as entrevistas presenciais, em domicílios das áreas urbanas e das áreas rurais do Brasil, entretanto, as entrevistas nas áreas rurais só começaram a ser realizadas a partir do ano de 2008. A amostra, segundo o site do Cetic.br, é estratificada e conglomerada.

Nesse sentido, para centralizar nosso debate nos indicadores de gênero, raça e território como determinantes para o acesso das pessoas às Tecnologias da Informação e Comunicação no Brasil, analisamos os dados secundários da distribuição

de acesso entre usuários da rede, ao lado da distribuição domiciliar. O nosso corpus foi constituído pelos materiais disponíveis no relatório sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros de cada ano, disponibilizados sempre no ano seguinte. A seguir descrevemos estes indicadores como objeto de análise que o são para nosso trabalho.

Do indicador de território, destacamos que a metodologia de TIC Domicílios inicia-se em 2005 com amostra em estratos urbanos de quinze sub-regiões no Brasil, com orientação das zonas metropolitanas das principais capitais de cada uma das cinco regiões (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste, sul), em direção às demais zonas urbanas. Os indicadores também seguem a PNAD que mapeia as regiões com maior acesso e permitem comparação desde seu início com o padrão internacional da OCDE.

Em 2010, apesar de não haver no relatório de pesquisa da TIC Domicílios o *survey*, as informações sobre o perfil respondente também reportam-se às regiões do país, sendo que o perfil é traçado considerando também a diferença entre zona rural e zona urbana, estabelecendo-se como padrão para os anos seguintes, comprovado na descrição do aspecto territorial no quinquênio seguinte, vide a descrição do ano de 2015, a seguir:

Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área que está fora desses limites.(CETIC.br, 2015, p. 106)

De uma maneira geral, a TIC Domicílios analisa o perfil de usuários da rede a partir dos indivíduos com dez anos ou mais, de acordo com censo demográfico nacional. Em 2015, o processo de coleta ampliou a amostra do levantamento com atenção às crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, com objetivo de aproveitar os esforços de investigação para elaboração do mapeamento TIC KIDS. Dos limites do trabalho do Cetic.br, evidenciamos que impedimentos de coleta de dados dão-se também por questões territoriais [Tráfico de drogas, Unidade de Polícia Pacificadora (UPP); Sem acesso aos moradores (condomínio fechado, prédio, fazenda); Setor sem domicílios; Chuvas, áreas de risco, bloqueio do acesso; Setor com perfil comercial, vazio], mesmo quando havia corpo de análise congruente, ou seja, mesmo com uma amostra urbana pertinente à metodologia.

Sobre o indicador de gênero, percebe-se que em todas as pesquisas de 2005 a 2020, do corpus analisado, existe uma prevalência utilizada nos indicadores. Utiliza-se o termo “sexo”, ligado à atribuição de gênero baseado no sexo biológico, ao invés do termo “gênero”, que apesar de em si não ser uma categoria emancipatória, diante de nossas leituras é uma categoria que poderia dialogar com as identidades distintas a partir da gama de disputas teóricas e políticas sobre tal categoria sob os movimentos intelectuais de garantia de direitos humanos a mulheres e pessoas LGBTQIAP+. Contudo, verifica-se a repetição, em todo o período de análise do Cetic.br, do binário “masculino” versus “feminino”, tanto no corpo de respondentes do survey, quanto na qualificação do acesso no Brasil. Por um lado alinha-se com outras pesquisas demográficas internacionais e brasileiras sobre acesso à internet, porém, simultaneamente, reproduz o discurso colonial que permeia o senso comum de que identidade de gênero e sexo biológico estão estritamente ligados.

A fim de facilitar para o campo de governança da internet a compreensão dessa amplitude de conceitos que existe no debate sobre gênero e, conscientes de que essa pauta está presente na discussão do trabalho sobre “Governança da Internet e Diversidade”, entende-se que “a identidade de gênero se caracteriza na concepção individual de *sou homem, sou mulher ou sou um gênero à parte dessas opções*; enquanto que a expressão de gênero é a representação física – incorporada – dessa identificação” (REIS; PINHO, 2016, p. 10).

Nas pesquisas que foram possíveis de serem analisadas na construção deste artigo, ao analisarmos pela perspectiva da binariedade (masculino e feminino) nos indicadores de TIC Domicílios, torna-se evidente que os indivíduos do “sexo” masculino se apresentam na frente em maioria dos resultados das pesquisas que se mostram positivos referentes às oportunidades de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação. Por exemplo, na proporção de indivíduos, por sexo, que usaram o computador, durante todo o quinquênio os homens ficaram na frente. Nos anos de 2005, 2010 e 2015, a proporção de indivíduos, por sexo, que acessaram a internet foi liderada pelos homens, e apenas em 2020 as mulheres estiveram na frente.

Desta gama de objetos recortados em nosso corpus, o indicador étnico-racial, apesar de solicitado aos entrevistados nos *surveys* de 2005 a 2009, ou seja, no período anterior da publicação dos dez princípios para uso e governança da internet no Brasil, o indicador de raça/etnia qualifica o acesso somente em 2019. Neste ano, a

informação qualifica o acesso seguindo o padrão do indicador raça/cor do IBGE. É uma informação que explicita o que se apresenta em forma de microagressões racistas voltadas a agentes individuais e multissetoriais na governança da internet, quando estão fora do centro branco, seja em fenótipo ou modo de pensamento. Os relatos de microagressões em fóruns da internet, congressos de tecnologia, reuniões dos grupos de direitos digitais e garantia de políticas públicas apontam para um sistema de invisibilização das contribuições negras, indígenas e asiáticas na construção da internet no Brasil. Daí a relevância de interpretar criticamente os indicadores e os resultados que desvelam, pois a simples adoção de cada um deles não significa aumento qualitativo dos usuários da rede, tampouco condicionado uma estrutura política e econômica que permita que a internet atue como catalisadora de direitos humanos. Com base nas informações obtidas após debate crítico das autoras no grupo de estudos sobre os objetos de estudo em nosso corpus, as hipóteses, apresentadas a seguir, foram construídas.

HIPÓTESES

Dentre as hipóteses que permeiam este ciclo de pesquisa, estão:

- Entre 2005 e 2020, haverá no Brasil a indicação de desigualdades de acesso à internet em que pessoas brancas possuem melhor acesso em detrimento a outros grupos étnico-raciais.
- A desigualdade regional tende à marginalização da região Norte no acesso à internet no Brasil;
- O acesso desigual à internet no Brasil indica a existência de uma hierarquia patriarcal, com menor número de mulheres entre usuárias da rede, entre 2005 e 2020 no Brasil.

Para interpretar os indicadores de acesso à rede, matéria fundamental para o campo de Governança da Internet, é necessário uma breve contextualização das condições históricas e sociais da população brasileira. É sabido que a América Latina viveu do século XV ao XIX o processo de colonização, em que metrópoles europeias exploraram os recursos naturais do continente por meio do trabalho escravo das populações originárias da região antes nomeada Pindorama, na língua tupi-guarani, e dos povos originários no continente africano. Na Governança da Internet os dados de usuários da rede são instrumentos utilizados para abastecer as políticas públicas

e políticas internas de empresas e instituições do terceiro setor e da academia pela democratização do acesso à internet. Contudo, apesar de retratar o país, os dados de acesso pouco são revertidos em políticas de diversidade nas mesas decisórias de Governança da Internet.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo corresponde à coleta e análise mista, quantitativa e qualitativa. Assim, foram iniciados os levantamentos de dados na pesquisa da TIC Domicílios, em que foram selecionados os indicadores de gênero, raça e território dos usuários de internet no Brasil, dos anos de 2005, 2010, 2015 e 2020. A categoria “idade” não entrou para esta reflexão, pois todas as pesquisas compartilham a mesma máxima: os dados correspondem a usuários maiores que dez anos. Contudo, registramos para o campo de pesquisa que valem investidas coletivas futuras para entender a adoção e transformação de aplicação deste indicador nas pesquisas brasileiras de acesso à internet.

Para a etapa de coleta, foram reunidos dados públicos de acesso à rede, assim como coleta dos *surveys* utilizados para o levantamento dos dados primários pelo CETIC.br. O grupo também se organizou em revisão sistemática de dados, reuniões de discussão de literatura e dos resultados, ancoradas na abordagem interseccional. Destacamos que neste trabalho foram analisados dados secundários para entender os microdados que organizam a coleta de dados primários pelo CETIC.br.

FUNDAMENTAÇÃO

Ao debruçar-se sobre os dados de raça, gênero e território nas pesquisas de acesso à internet no Brasil, é possível compreender os obstáculos em promover a internet como direito fundamental no país. A partir de nossa atuação no ecossistema de governança da internet, também é notável o aumento dos debates que consideram estes aspectos, presentes nos variados perfis da população brasileira, os quais são muitas vezes colocados como “o debate da diversidade” no campo. Menciona-se, ainda, que alguns trabalhos adotam uma perspectiva crítica sobre a categoria “gênero”, a qual não poderia ser considerada como categoria principal de organização ou reivindicação da diversidade para usufruir da internet como direito.

Em respeito à legislação brasileira por meio do Marco Civil, o sentido de diversidade que o grupo de pesquisa em questão trabalha é vinculado àquele preconizado pelo Decálogo para Uso e Governança da Internet no Brasil, base dessa “Constituição da Internet”. Ainda que juridicamente a “diversidade” não tenha conceito, o aspecto cultural é central para a adoção de uma internet livre, aberta e democrática. Simultaneamente, neste momento inicia-se um trabalho, no grupo estudo da pesquisa, de robustez teórica para compreender o que o campo de governança da internet no Brasil e outras áreas do espaço acadêmico têm construído para o fortalecimento do debate.

Nosso esforço analítico sustenta-se na escola intelectual feminista negra, em diálogo com outras perspectivas dentro do movimento intelectual de mulheres negras na diáspora africana. A autora feminista negra Kimberlé Crenshaw, em seu trabalho sobre interseccionalidade, traz o foco referente às questões de gênero e às questões étnico-raciais, assim, fazendo um panorama do percurso trilhado para a elaboração dos direitos humanos e civis que compreendessem os desafios políticos e sociais vivenciados pelas mulheres e pelas pessoas negras, principalmente a partir de aspectos históricos dos Estados Unidos.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nesse sentido, é necessário estar consciente de que as opressões se apresentam de maneiras distintas e de formas múltiplas para quem compõe grupos marginalizados, porque em variados momentos estes se interseccionam, havendo então essa relação e esse cruzamento entre duas ou mais opressões. A partir desta discussão e dos princípios compartilhados no grupo de estudo, em meio a trajetórias de pesquisa distintas de seus integrantes, trazemos para este artigo a justificativa de pensar diversidade operando a partir dos indicadores de acesso.

Ainda no diálogo com a teoria da interseccionalidade, a ideia de diversidade vinculada à raça não dá conta das reivindicações históricas por igualdade racial operando em subinclusão do aspecto de gênero. Ainda que a interseccionalidade assinada

por Crenshaw seja alvo de críticas por sua estrutura liberal, como aquelas feitas pela intelectual estadunidense e comunista Angela Davis (AKOTIRENE, 2019), o princípio de observação sistemática das interações entre as opressões são compartilhadas por outros espectros do pensamento feminista negro. No Brasil, o trabalho de Lélia Gonzáles é um dos precursores da organização desta forma de encarar a complexidade das dinâmicas de poder a fim de construir estratégias de emancipação.

Esta noção da necessidade de observação da expressão do racismo com outras opressões interligadas permeia também o pensamento mulherista afrikana. Desta escola de pensamento, raça assume primazia no projeto de emancipação do povo negro. O encontro e a produção de cenários de desumanização próprios das dinâmicas do sexismo, da lgbtfobia e da xenofobia na interação com o racismo é organizado em propostas como da pesquisadora brasileira Aza Njeri que desenvolve a dinâmica de operação do racismo por meio da metáfora de “tentáculos genocidas” (NJERI, AZIRA, 2020).

Sua contribuição, desde uma perspectiva mulherista afrikana, nos convida a analisar que o genocídio anti-negro está no ataque a mulheres negras, sobretudo trans, nas redes sociais, no impedimento de circulação de jovens negres, na negação de acesso ao culto de matrizes africanas para pessoas privadas de liberdade, no desrespeito aos mais velhos pelos serviços públicos, no assassinato de crianças por forças da segurança pública operando na “Guerra às Drogas”, na burocracia para a titulação de terras quilombolas e outras comunidades negras tradicionais, e quanto mais forem os cenários de desumanização, discriminação e violência contra a população negra.

De toda forma, as escolas de pensamentos de mulheres negras reconhecem que, assim, a colonização racializou e generificou as populações originárias da América e de África, por meio da expertise eurocêntrica que violentou e desumanizou as populações moradoras das nações colonizadas. A pesquisadora brasileira Carla Akotirene, uma das principais interlocutoras da teoria interseccional no país, destaca que tratar das discriminações racistas, sexistas, capacitistas e classistas não significa pensar o problema “dos outros”, já que esta abordagem encerraria as humanidades na tragédia colonial.

O maior recurso colonial da eurocivilização consiste em priorizar o corpo, ignorar ferimentos que tendem a complexificar rapidamente, enquanto diagnosticam, às pressas, o problema “negro,” das ‘lésbicas’, de ‘gênero’, dos ‘latino-americanos’. (AKOTIRENE, 2019, p; 17)

A presente pesquisa também compreende que o processo de impedimento das presenças pluriversais que compõem a população brasileira, operam em epistemicídio, mecanismo de destituição do saber de grupos racializados. Tal destituição, conforme preconizado pela filósofa Sueli Carneiro, constitui-se em morte dos saberes de populações que não aquela eurocentrada e brancocêntrica, assim como a inclusão dos grupos marginalizados na zona do não-ser (CARNEIRO, 2005).

Sueli Carneiro busca explicar como o genocídio, em geral, e o epistemicídio, em específico, foram formas de dominação europeia por meio da sujeição de corpos negros e indígenas, como também o apagamento cultural dessas populações, a fim de colocá-los na categoria do “não-ser”. Em outras palavras, a invisibilização dos saberes e contribuições operou na objetificação das populações, retirando sua humanidade. Assim, inseridos na zona do “não-ser”, essas populações foram tornadas como exemplo de vida do que não deveria ser seguido, enquanto que a cultura europeia estaria na posição do “ser” superior, pensante, racional e que toda e qualquer população deveria seguir. Ao fim e ao cabo, quem não reflete a imagem do branco europeu colonizador e, conjuntamente, rejeita adequar-se ao saber propagado como “universal” e proveniente do Ocidente, está fadado à negação da sua humanidade.

Sueli Carneiro expõe o quanto a academia e a “educação” ditada pelos europeus também foi extremamente racista e continuou reproduzindo o racismo entre seus teóricos. A perpetuação da ideia de inferioridade negra foi por muito tempo produzida por acadêmicos renomados, em forma de estudos científicos, internalizando suas ideologias racistas nas populações. Por exemplo, “a adoção da língua portuguesa como obrigatória em todas as escolas é o instrumento escolhido para esse fim. Entendemos que houve uma dupla estratégia: de nacionalização do imigrante e de desnacionalização do negro” (CARNEIRO, 2005, p. 110).

Nos termos da “pós-abolição”, o objetivo era a manutenção do poder europeu mais do que nunca, visto que era essencial garantir que a hierarquização social fosse mantida. Então, com o objetivo de que essa ferramenta continuasse funcionando, seria preciso garantir que as pessoas negras não adentrassem o local das escolas e, se ainda conseguissem, para permanecerem seria necessário que se adequassem aos termos racistas e elitistas da academia. Em outra extensão, mas absorvendo a expertise colonial de desumanização, o campo de tomada de decisões das tecnologias

digitais no Brasil, sujeitam pessoas negras e indígenas à invalidação de suas culturas e à subordinação a uma estrutura colonial do saber.

A Sociedade da Informação, enquanto representação do ápice do conhecimento humano, a governança da internet importa a atribuição de ciência e poder à branquitude como índice do colonialismo em nossa vida democrática. Tal dinâmica na tecnologia no Brasil, multiplicada pelas desumanizações em outros campos sociais, nos levam a afirmar que o colonialismo de dados em nosso território não opera somente em razão da coleta massiva de dados da fina experiência humana (COULDRY, MEJIAS, 2019), se não imputando aos espectros prejudicados pela colonização e pela colonialidade a multiplicação da precariedade de suas condições de vida (FAUSTINO, LIPPOLD, 2022). A partir daqui, debatemos brevemente sobre estes conceitos distintos, entendendo que ao se tratar de colonialidade no processo da digitalização, há nuances próprias das imbricações entre capitalismo, colonialismo e produção científica, que dialoga com os limites de construção dos indicadores de acesso à internet.

Os autores Nick Couldry e Ulisses Mejias, alocados nas universidades de Londres e Nova York, mapeiam os custos da conexão, propondo a ideia de colonialismo de dados. Nela, a coleta massiva de dados pelas Big Tech, que levam a sua commodificação (*tornam-se commodity*), é o centro do conceito. Para eles, o colonialismo histórico apropriou-se dos territórios, recursos naturais e corpos com uso de violência. O colonialismo de dados, por outro lado, não é uma simples continuação das disputas históricas. De outra maneira, transforma-se em dados de aspectos comuns do dia a dia, como a quantidade de passos, o gosto, os posicionamentos políticos, e a exploração destas informações como se os dados fossem recursos naturais, muitas das vezes sem respeito à privacidade dos cidadãos.

Ao mesmo tempo que citam o nome de Big Techs como Facebook (hoje Meta), Twitter e Alibaba como operadores destas coletas de dados como commodities, não atribuem a estas corporações o *status* de agentes coloniais. Assumem, por outro lado, que a vida está colonizada por dados. Ao mesmo tempo, assumem que os dados alçados ao status de matéria-prima empreendem uma jornada de precarização da “vida humana”, os autores que dialogam com a teoria decolonial não chegam a debater os sentidos da humanidade frente à tragédia colonial histórica. Se formos pensar nos termos do epistemicídio, o conceito de “colonialismo de dados” não desloca a produção do conhecimento do eurocentrismo, sistema de conhecimento utilizado para justificar o

colonialismo histórico. Ao mesmo tempo, a proposta enfrenta desafios teórico-metodológicos a partir do momento em que busca ser teoria universalizante da problemática colonial na sociedade da informação, evidenciando a característica de um pensamento confortável à manutenção da branquitude (MUMFORD, 2021).

Os pesquisadores brasileiros Deivison Faustino e Walter Lippold, ambos com ampla pesquisa sobre as lutas de independência no continente africano, reconhecem que o processo histórico colonial constrói as bases para o colonialismo digital, em que o racismo opera como fator organizador da experiência digital e impõe não apenas a continuidade desta opressão, mas a própria digitalização e a dataficação atuam para a racialização de pessoas a partir de sistemas de vigilância, programas de seleção de trabalhos, desprestígio algorítmico a produtores de conteúdo e codificação dos discursos nas redes sociais. Em suas palavras:

Estamos diante de um verdadeiro saque milionário de informações transformadas em ativos econômicos, perpetrado por corporações imperialistas que extraem, armazenam e processam dados, expertise e padrões sociais, quantificando parte fundamental das nossas vidas para melhor mercantilizá-las. Trata-se de uma verdadeira acumulação primitiva digital. Ao mesmo tempo, observa-se, no mundo todo, uma tendência à colonização, ou melhor, subsunção, da vida cotidiana e de seus processos cognitivos ao universo digital. (FAUSTINO, LIPPOLD, 2022, p. 107).

Apesar de dialogarem com Coldry e Mejias, os autores brasileiros conseguem tirar a ideia de colonialismo digital do campo metafórico e através dos exemplos de racialização em meio à exploração massiva de dados em regiões marcadas pela colonização, trazem a atualização das violências coloniais para a materialidade, principalmente ao retratarem as ciberguerras. O diálogo com o psiquiatra martinicano Frantz Fanon, que lutou na Revolução Argelina, é o maior diferencial do trabalho como proposta hacktivista. O entendimento dos processos de libertação do colonialismo no continente africano, em especial na Argélia, fazem com que raça seja informada mesmo com as limitações da teoria marxista. O capitalismo digital enquanto conceito reconhece além da comodificação dos dados e a expropriação deles a partir da vida cotidiana, uma nova partilha territorial, desta vez com o histórico de todos os continentes já submetidos à disputa da terra colonial, agora submetidos à lógica de expropriação de níveis finos da vida num ambiente em que Estados nacionais fundem-se às operações da indústria da informação.

Também sob o termo “colonialismo digital”, o pesquisador Michael Kwet (2021), formado nos Estados Unidos e na África do Sul, define o momento da dataficação de tudo como “o uso da tecnologia digital para a dominação política, econômica e social de outra nação ou território”. Através da utilização das bases dos sistemas de poder colonial europeu, que levaram a despossessão de terras originárias fora da Europa, do controle sobre bacias hidrográficas, construções de portos e estradas, o colonialismo digital emerge. A grande contribuição de seu trabalho é que, ancorado nesta infraestrutura, acrescido das dinâmicas da Sociedade da Informação, o colonialismo digital reveste-se da ameaça potencialmente comparável com o “colonialismo clássico”.

As explorações de mão-de-obra, conhecimentos, produtos, mercadorias, territórios, etc, engendradas pela Europa sobre sociedades estrangeiras, provocaram as desigualdades sociais presentes na contemporaneidade. Desigualdades estas advindas do colonialismo e da dominação econômica, política e social. Já o colonialismo digital transfere as forças do poder colonial do Estado europeu, informa e desloca o poder para centros de produção tecnológica digital. Antes instituições como as Companhia das Índias Ocidentais e a instalação dos valores das metrópoles nos territórios ultramarinos, hoje Big Tech alocadas no Vale do Silício com produtos de coleta massiva de dados espalhados por todo o mundo.

Cabe a ressalva de que, apesar de os Estados Unidos terem sido colônia britânica, sua organização social, política e a antiga centralidade econômica elegeram a branquitude, o cisheteropatriarcado e outros sistemas de poder como o norte das tomadas de decisão. Na etapa da indústria digital, tendo em vista hierarquização, subalternização e dominação de populações, essa rede hegemônica potencializa o capitalismo, as políticas de dominação, manipulação, controle e exploração dos indivíduos que não se encontram no topo da hierarquia global.

Diante destes pressupostos teóricos, este estudo compreende que gênero, raça e as denominações de territórios como conhecemos, indicam continuidades coloniais de nomear a vida. Ao mesmo tempo, com as transformações sociopolíticas no sentido de termos como “mulher”, “negro”, “índio”, “pobre”, o retrato demográfico em políticas públicas auxilia na integração do acesso à internet tendo o controle social como metodologia de assunção de direitos fundamentais. Em meio à banalização do sentido de dados, agora na expressão digital do colonialismo, em que são consumidos e explorados como recursos naturais, analisar a adoção e repercussão de indicadores de

acesso, em uma das principais pesquisas sobre o tema no Brasil, pode mediar o entendimento de diversidade e o uso de informações de maneiras emancipatórias.

RESULTADOS

A partir dos dados coletados, constatamos algumas informações, as quais serão evidenciadas a seguir, que confirmam nossas hipóteses de pesquisa. Dentre elas, vale destacar que: a pesquisa TIC Domicílios inclui desde o seu primeiro levantamento os dados de “sexo”, nas categorias “masculino” versus “feminino”. Ressalta-se que, segundo a TIC Domicílios, em 2005 as pessoas do sexo masculino possuíam mais acesso ao computador do que as pessoas do sexo feminino, e até 2020 esse fato não mudou.

No ano de 2005, cerca de 32,40% de indivíduos do sexo masculino tinham acesso ao computador, enquanto que 27,61% das pessoas do sexo feminino possuíam este acesso. Em 2010, houve uma aproximação que resultou no sexo masculino possuindo 45% do acesso e o feminino 44%. No ano de 2015, o acesso das pessoas do sexo feminino se manteve em 44% e o do masculino subiu para 49%. Em 2020, ocorreu uma nova queda nas porcentagens, em que 42% dos indivíduos que possuíam acesso ao computador eram do sexo masculino e 38% eram do sexo feminino.

Já sobre acesso à internet, a proporção de indivíduos, por sexo, que acessaram a internet no ano de 2005 era representada por 27,82% de pessoas do sexo masculino e 21,72% de pessoas do sexo feminino. A partir de 2010, houve um aumento dos números e o sexo masculino passou a possuir 41% do acesso e o sexo feminino a possuir 40%, enquanto que no ano de 2015 a porcentagem de 59% pertencia às pessoas do sexo masculino e 58% às do sexo feminino. Em 2020, ocorreu uma virada significativa no acesso à internet, o que elevou em 85% o acesso das pessoas do sexo feminino, passando na frente do sexo masculino que ficou com 77% deste acesso.

Sobre os indicadores territoriais, no que se refere ao acesso aos computadores, por área, na zona urbana e zona rural, em 2005 não houve coleta de dados da TIC Domicílios referente a essa informação. No período inaugurado por 2010, a zona urbana possuía mais que o dobro do acesso em detrimento à zona rural, ou seja, 49% dos indivíduos que utilizavam o computador estavam localizados na zona urbana, enquanto que apenas 20% estavam localizados na zona rural. No ano de 2015, há uma pequena alteração nesses números, tendo em vista que o acesso na zona urbana sobe para

51% e o acesso na zona rural sobe para 22%. Em 2020, a porcentagem decaiu em cerca de 7% na zona urbana e 8% na zona rural, isto é, vai para 44% na zona urbana, enquanto que a zona rural passa a possuir apenas 14% do acesso aos computadores.

No que se refere ao acesso à internet, os indicadores de territórios da zona urbana e da zona rural em 2005 também não tiveram seus dados coletados. No ano de 2010, os dados se apresentaram como 45% do acesso à internet pertencentes à zona urbana e 16% à zona rural. Em 2015, elevou-se para 63% o acesso na zona urbana e para 34% o acesso na zona rural. Posteriormente, no ano de 2020, ainda que com menor folga, a zona urbana ainda liderava a porcentagem com 83%, todavia houve uma grande subida do acesso à internet na zona rural que chegou a 70% neste último ano.

Por fim, no que diz respeito ao acesso ao computador a partir da raça/cor, no ano de 2020 as pessoas autodeclaradas como brancas aparecem na frente com 48%. Já sobre o acesso à internet, as pessoas autodeclaradas como pardas saem na frente com 83%. É importante registrar que este dado só é possível de observar a partir dos relatórios de 2019 no corpo de estudos da TIC Domicílios, aquém do próprio processo de reconhecimento da raça/cor pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O hiato silencioso sobre as discrepâncias de acesso em termos étnico-raciais, aponta para uma dinâmica de falta de dados que pode nos informar sobre a incapacidade técnica da equipe em recolher este dado sensível, assim como a aparente irrelevância que a construção metodológica aponta para a necessidade de combate ao racismo.

DISCUSSÃO

Todos os dados de acesso à rede de 2005 a 2020 referem-se ao padrão internacional de frequência, com o limite de no mínimo um acesso a cada três meses. Quando as pessoas do sexo feminino ultrapassam o acesso ao computador e à rede no Brasil, esta realidade dá-se no auge da pandemia de Covid-19, em 2020. O mesmo ocorre com a população negra e indígena: o acesso à dispositivos e à conectividade escala positivamente.

Diferente dos primeiros anos da TIC Domicílios, em que evidencia-se um aumento do acesso por banda larga e por computador, baseado na perspectiva de utilização da rede por meio de aparelhos que permitem usufruir dos potenciais da tecnologia digital, no último período de cinco anos analisado, de 2015 a 2020, esse acesso é

caracterizado pelos pacotes de dados móveis e o uso de smartphones. A referência de inclusão digital aqui, baseada nesta informação, corresponde aos elementos “alcance” e “conectividade”, da que evidenciados a inobservância da estabilidade, duração e condições de acesso dessa conexão. O alcance de até 81% da população brasileira maior de 10 anos de idade, de 2020 em diante, revelam a limitação do modelo de pesquisa em dialogar com cenários de perda de direitos humanos.

Neste momento em que aparentemente faltam menos de 20% dos brasileiros para serem cidadãos digitais, o país retorna ao mapa da fome, sofre com a alta da inflação nos itens domésticos, com crescimento da população em situação de desalento (conforme denominação do IBGE) e acirramento de desigualdades educacionais, nos níveis básico e fundamental. Desta forma, visualizamos que a análise de dados de acesso à internet nos termos de “alcance” e “conectividade” precisam ser inflexionados pelo campo de pesquisa e de reverberação em políticas públicas a partir do encontro de informações qualificadas sobre violação ou fortalecimento da garantia de direitos fundamentais, tal qual, saúde, moradia e educação.

Com base nos resultados obtidos, concluímos posicionamentos diferentes em nossas hipóteses. Não conseguimos viabilizar respostas para a primeira hipótese, pois na sequência de 2005 a 2019 o indicador étnico-racial não é utilizado para as pesquisas TIC Domicílios. Ao mesmo tempo, identificamos no limite do desenho de pesquisa que a palavra melhor foi equivocada na medida em que de lado o acesso maior a computadores está entre população branca, o acesso a rede quase se iguala entre pessoas brancas e negras (pardas e pretas), com base na aplicação do indicador em 2020 e 2021, dados que fogem ao período do recorte investigativo.

De toda forma, a escolha em deixar o indicador racial de fora das análises TIC Domicílios por catorze anos, aponta para uma adoção tardia que nos parece dizer que além dos obstáculos para entrada e permanência na GI, grupos que sofrem com o impacto do racismo e opressões interligadas foram colocados em lugar de impotência para pensar sobre as próprias demandas de acesso enquanto cidadãos. A falta de dado também aponta para uma despriorização do indicador de raça/cor na maior parte do tempo. Suspeitamos que diante de um cenário de precarização de acesso conforme elucidam o indicadores de gênero (sexo na pesquisa TIC Domicílios), a teoria interseccional pode nos apontar para uma precarização distinta nas comunidades negras, indígenas e amarelas.

Um dos limites percebidos da TIC Domicílios estar em não permitir até aqui a combinação entre indicadores de acesso à internet de sexo, raça/cor e território, assim como outros indicadores que descrevem os tipos de usos da rede a partir de faixas etárias e classes distintas. Com base nestes limites metodológicos, optamos por não fazer análises apressadas, pois muito ficaria no âmbito hipotético. Desta forma, ainda não são mensuradas as diferenças e perfil de consumo da internet entre pessoas do sexo feminino/masculino e pertencentes a comunidades distintas étnico-racialmente. Contudo, isto não nos exime de analisar o encontro entre opressões de gênero, raça e território, conforme nossos aportes teórico-metodológicos.

Como ponto de inflexão, sugerimos que os próximos anos de pesquisa avaliem a possibilidade metodológica de cruzamento entre estes indicadores de forma a elucidar a interação das opressões na criação de obstáculos de acesso à rede, possibilitando que o campo de pesquisa e as políticas públicas de acesso à internet e às telecomunicações possam ter diálogos mais profundos com as pastas das demais matérias de garantia de direitos no Brasil.

Já a segunda hipótese é confirmada parcialmente. A região norte disputa com a região nordeste os piores postos de acesso à internet, tanto em termos de alcance, como de conectividade, como explícito em 2020. Em termos de fortalecimento de abordagens semelhantes e à nossa própria pesquisa, indicamos atenção entre zona rural e urbana, com análise interseccional de território.

Ainda sobre o indicador território, a diminuição percentual dos acessos ao computador e internet, também entre 2015 e 2020, indicam desafios de infraestrutura de acesso. Com o regime privado da infraestrutura da rede, se o acesso à internet cresce pelo uso do celular, a situação das populações fora das metrópoles indica o acirramento de desigualdades regionais históricas. A metodologia de TIC Domicílios opera com a zona urbana sobrepondo a zona rural, ou em termos interseccionais, sendo indicador que se superincluído na coleta de informações sobre inclusão digital. Além dos pontos invisíveis em não abordar um plano amostral que dialogue com as estruturas no interior rural do Brasil, os dados levantados não permitem desenhar o retrato das do acesso à internet em comunidades tradicionais.

Com a fronteira de infraestrutura que surge no horizonte, somos levadas a considerar que o indicador de território deve passar por uma transformação metodológica para apreender as nuances dos territórios tradicionais, já que eles estão tanto na zona

rural como na zona urbana. Destacamos a organização social a partir de matrizes de sociabilidade de bases distintas do centro urbano hegemônico, com atenção a modelos de interação próprios de construções étnico-culturais, ao exemplo das aldeias indígenas e dos quilombos. Numa perspectiva interseccional, debruçar-se nos elementos constituintes de territórios tradicionais pode levar a uma abordagem capaz de apontar demandas de políticas públicas de acesso.

Por fim, a terceira hipótese foi totalmente confirmada, com base nos resultados coletados. De fato, há um deserto de dados para tomada de decisões sobre as implicações de baixa conectividade do grupo “mulheres” definido no indicador binário do TIC Domicílios (homens x mulheres”. Destacamos ainda um ponto de atenção para tomada de decisões futuras na governança de internet no Brasil, que são as mudanças capturadas pelo indicador de gênero nos anos de 2015 a 2020, que reportam o decaimento no acesso à internet neste aspecto, mas com a precarização do acesso por meio da exclusividade dos smartphones em meio ao aumento geral de usuários no país. Um retrato complexo que merece investidas de pesquisa.

Por fim, todas as indicações de remodelagem metodológica ao Cetic.br, assim como observação ao campo de pesquisas e políticas públicas de acesso à internet podem ser apresentadas por outros pares. Ao mesmo tempo, as autoras deste trabalho colocam-se à disposição para diálogos e críticas que auxiliem a utilização de indicadores demográficos no desenho de estratégias em prol da defesa de direitos humanos.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi movida com os debates sobre colonialismo, perpetuação de opressões no processo de digitalização e dataficação, a partir de experiências e dados provenientes do ecossistema de pesquisa em governança da internet no Brasil. O trabalho nasce com o entendimento de que além das dinâmicas internas da governança tecnológica no país, as implicações públicas das deliberações precisam ser avaliadas. Desta forma, optou-se em investigar a adoção e aplicação de indicadores de gênero, raça e território, de 2005 a 2020, a partir da pesquisa TIC Domicílios, do CETIC.br, braço do Comitê Gestor da Internet.

Concluimos que o aporte teórico-metodológico da interseccionalidade, advindo do feminismo negro, possibilita ao campo um mergulho nos indicadores de acesso, e apontam para a necessidade de ampliação das abordagens investigativas e delibera-

tivas na governança da internet brasileira que costure a garantia de direitos em meio à outras matérias da dignidade humana.

As autoras ressaltam também que no caso de uso da interseccionalidade, recomenda-se conhecimento da teoria feminista negra para as análises e discussões. Destacamos ainda a oportunidade de priorizar estudos feministas negros brasileiros e latino-americanos, pois a forma de expressão do racismo, sexismo, xenofobia e outras opressões interligadas são distintas em nossa região continental daquilo traçado em outras partes do mundo.

Atribuindo o mesmo nível de relevância, apontamos que o espectro teórico-metodológico para análises de indicadores de acesso à internet, assim como de outros objetos de estudos da tecnologia e sociedade podem se beneficiar grandiosamente de outros segmentos de investigação, tal qual propusemos um diálogo com a escola mulherista africana. É imprescindível que as categorias sejam trabalhadas com destaque aos direcionamentos distintos que estas escolas de pensamento constroem. Este ponto, nos leva ainda a afirmar que no crescente debate do colonialismo na sociedade da informação, é imprescindível ao debruçar-se no tema que as epistemologias negras e indígenas não sejam acessórias, mas fundamento dos debates. Da mesma maneira, concluímos que o debate do colonialismo na digitalização ganha robustez com os estudos de autorias das lutas de independência do colonialismo, pós-coloniais, decoloniais, contra-coloniais e críticos do imperialismo

Aproveitamos a oportunidade e agradecemos à parceria do Instituto da Hora com a Conexão Malunga, assim como o espaço da Rede de Pesquisa de Governança da Internet em apoiar nosso estudo ancorado na emancipação dos direitos digitais e na elucidação de como os saberes afro-brasileiros e indígenas podem redesenhar as tomadas de decisões tecnológicas.

DECLARAÇÃO DE DIVERSIDADE NAS CITAÇÕES

Por meio desta declaração, nos juntamos a um esforço coletivo para desfazer o apagamento epistemológico estrutural na academia contra mulheres, pessoas não binárias, negres, do Sul global, e de outros grupos sociais, cujas vozes são menos ouvidas devido ao viés encontrado em citações. Acreditamos que a transparência em relação às nossas bibliografias é fundamental para compreender o presente, e alterar esse quadro estrutural de maneira conjunta e consistente. Compartilhamos que neste

artigo, as citações se distribuem da seguinte forma: nomes femininos (5), masculinos (3), feminino-masculino (1), e fontes institucionais (6).

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Orientação de: Roseli Fischmann. 2005. 339f. Tese de Doutorado (Doutora em Educação junto à Área Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-co-mo-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CETIC.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2005. Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2006. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-2005.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CETIC.br. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil - TIC Domicílios e Empresas 2010. Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2011. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-da-informacao-e-da-comunicacao-no-brasil-tic-domicilios-e-empresas-2010/>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CETIC.br. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2015. Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2016. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2015/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CETIC.br. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2019. Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2019/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CETIC.br. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2020. Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2020/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulisses. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford University Press. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial, relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Los Ange-

les, 10 (1), p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4S-FXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 09 jun. 2022.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: uma crítica hacker fanoniana. [S.l.]: Editora Raízes da América, 2022.

KWET, Michael. **Colonialismo digital**: a evolução do império dos EUA. [S.l.]: [s.n.], 2021. Disponível em: [Colonialismo digital: A evolução do império dos EUA - Longreads \(tni.org\)](#). Acesso em: 20 out. 2022.

MUMFORD, Densua. Data colonialism: compelling and useful, but whither epistemes?. Information, Communication & Society. 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/1369118X.2021.1986103>>. Acesso 06 de setembro de 2022.

NJERI, Aza. AZIRA, Dandara. Entre a fumaça e as cinzas: Estado de Maafa pela perspectiva do mulherismo africano e da psicologia africana. Problemata: R. Intern. Fil. V. 11. n. 2 (2020), p. 57-80 ISSN 2236-8612. Disponível <[doi:http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v11i2.53729](http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v11i2.53729)>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários, identidades, expressões e educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2016.

TIC Domicílios. In: CETIC.br. Disponível em: [Cetic.br - TIC Domicílios](#). Acesso em: 22 out. 2022.